

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

GABRIELA GONÇALVES MATHEUS

**A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

MARINGÁ
2014

GABRIELA GONÇALVES MATHEUS

**A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito parcial para cumprimento
das atividades exigidas na disciplina do
TCC.

Orientação: Prof. Ms. Gilmar Alves
Montagnoli

MARINGÁ

2014

GABRIELA GONÇALVES MATHEUS

**A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação do professor mestre Gilmar Alves Montagnoli.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Gilmar Alves Montagnoli
(Orientador)

Profa. Ms. Pâmela Vicentini Faeti;
(banca examinadora)

Profa. Ms. Raquel dos Santos Quadros
(banca examinadora)

A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Gabriela Gonçalves Matheus¹

Gilmar Alves Montagnoli²

RESUMO

O livro de literatura infantil nem sempre é explorado pela escola em suas possibilidades, visto que o recurso comumente é usado sem intenção pedagógica. Partindo dessa constatação, o objetivo da pesquisa é analisar as contribuições da literatura infantil no processo de alfabetização e letramento. Para tanto, serão estudados aspectos históricos da literatura infantil, os conceitos de letramento e alfabetização e a relação que há entre ambos. Finalmente, serão discutidas as possibilidades de articulação entre literatura infantil, letramento e alfabetização, apontando maneiras de se efetivar tal articulação em sala de aula. Com base nos estudos pode-se dizer que durante o processo de alfabetização, a literatura infantil pode ser uma grande aliada, auxiliando e facilitando a aprendizagem, além de desenvolver a imaginação, a criatividade e desenvolver o prazer pela leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Alfabetização. Letramento.

ABSTRACT

The book of children's literature is not always exploited by the school in its possibilities, since the feature is commonly used without pedagogical intent. Based on this finding, the research objective is to analyze the contributions of children's literature and literacy in the literacy process. For both, a historical aspect of children's literature, the concepts of literacy and literacy and the relationship is between them will be studied. Finally, the possibilities for linking children's literature, literacy and literacy, pointing out ways to effect such coordination in the classroom will be discussed. Based on the studies it can be said that during the process of literacy, children's literature can be a great ally, assisting and facilitating learning, and develop imagination, creativity and develop the joy of reading.

KEYWORDS: Children's literature. Literacy.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professor do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, pensava-se que ser alfabetizado era conhecer as letras do alfabeto. Atualmente, sabe-se que, embora seja necessário, conhecer o código linguístico não é suficiente para o uso competente da língua escrita. A partir de tal entendimento, a palavra *letramento* vem sendo cada vez mais utilizada com o objetivo de inserir a criança numa cultura letrada, tal como a atual. Para tanto, a alfabetização é apenas um meio.

Conforme enfatiza Magda Soares (2003), não se deve dissociar os dois processos, já que não são independentes, mas indissociáveis. Para a autora, a entrada da criança no mundo da escrita se dá simultaneamente por meio da aquisição do sistema convencional de escrita (alfabetização) e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita (letramento).

Gouveia e Orensztejn (2006), no texto “Alfabetizar em contextos de letramento”, comentam que as pesquisas e práticas pedagógicas de alfabetização que tiveram lugar nos últimos anos vêm evidenciando duas questões: a primeira é que “não basta ensinar aos alunos as características e o funcionamento da escrita, pois esse tipo de conhecimento não os habilita para o uso da linguagem em diferentes situações comunicativas”. A segunda questão é que “não basta colocar os alunos na condição de protagonistas das mais variadas situações de uso da linguagem, pois o conhecimento sobre as características e o funcionamento da escrita não decorre naturalmente desse processo” (GOUVEIA; ORENSZTEJN, 2006, p. 34).

A partir dessa afirmação, as autoras alegam ser preciso planejar o trabalho pedagógico de alfabetização articulando as atividades de uso da linguagem com as atividades de reflexão sobre a escrita. Nessa forma de entendimento, alfabetização não pode dar-se fora de contextos de letramento que potencializem o domínio da linguagem.

Para Gouveia e Orensztejn (2006), “A língua deve entrar na escola da mesma forma que existe vida afora, ou seja, por meio de práticas sociais de leitura e escrita”. No entanto, elas ressaltam que estar imerso num ambiente letrado, apesar

de ser condição para aprender sobre a linguagem que se usa para aprender, não é suficiente para garantir a alfabetização.

Assim, o papel do professor é determinante para assegurar a possibilidade de seus alunos tornarem-se leitores e escritores de fato. Cabe a ele, importar para a sala de aula as práticas sociais de uso da leitura e escrita. À medida que o professor significa a leitura e a escrita dentro da escola, seus alunos podem aprender sobre essas práticas ao mesmo tempo em que aprendem sobre as características e o funcionamento da escrita.

Ressalta-se que o processo de letramento pode preceder a alfabetização, ou seja, os alunos, mesmo antes de adquirirem a habilidade para ler e escrever convencionalmente, já são capazes de produzir linguagem escrita e atribuir sentido aos textos lidos. A literatura, que é a questão norteadora deste artigo, pode exemplificar tal possibilidade por meio de inúmeras situações práticas (sem ainda saber ler, os alunos podem recontar histórias em linguagem literária, como se estivessem lendo, desenhar aspectos marcantes da história, discutir).

Conforme afirmam Gouveia e Orensztejn (2006), a leitura compartilhada tem sido uma das estratégias mais eficientes para favorecer o processo de letramento. Pode contribuir para ampliar a visão de mundo, instigar o gosto por outras leituras, compreender o funcionamento comunicativo da escrita, compreender a relação fala-escrita, conhecer a especificidade entre dos diferentes tipos de texto, entre outras possibilidades.

Nesse sentido, a articulação entre literatura infantil e letramento é apontada como uma ação necessária à prática docente. O objetivo da pesquisa proposta é explorar tal relação, ressaltando a necessidade de se alfabetizar em contextos de letramento. Para tanto, o estudo terá como foco a literatura infantil, os usos que dela se tem feito e quais os caminhos mais apropriados para que, por meio dela, ocorra o favorecimento do letramento.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA LITERATURA INFANTIL

As primeiras obras dedicadas ao público infantil apareceram no mercado livreiro na primeira metade do século XVIII, afirma Lajolo (1999). A autora aponta o caráter ambivalente do gênero, que, desde o nascimento, teve dificuldades de legitimação, visto que prestígio social, renome e lugar na história literária viriam mais

tarde. O primeiro momento de destaque da literatura infantil tem a marca de Perrault que, com a obra “Contos da mamãe gansa”, publicada em 1697, é responsável pelo surto do gênero e também por uma preferência pelo conto de fadas. Contudo, os escritores franceses não retiveram a exclusividade do desenvolvimento da literatura para crianças. A expansão da literatura infantil deu-se simultaneamente na Inglaterra, país onde foi mais evidente sua associação a acontecimentos de fundo econômico e social.

A Inglaterra do século XVIII carrega a marca da industrialização, associada ao crescimento político e financeiro das cidades. No contexto, a burguesia consolida-se como classe social e reivindica um poder político que conquista paulatinamente e, para tanto, dissemina suas ideias por meio de instituições sociais, como a família, cuja consolidação data desse contexto, conforme esclarece Lajolo (1999):

A manutenção de um estereótipo familiar, que se estabiliza através da divisão do trabalho entre seus membros (ao pai, cabendo a sustentação econômica, e à mãe, a gerência da vida doméstica privada), converte-se na finalidade existencial do indivíduo. Contudo, para legitimá-la, ainda foi necessário promover, em primeiro lugar, o benefício maior desse esforço conjunto: a criança. A preservação da infância impõe-se enquanto valor e meta da vida; porém, como sua efetivação somente pode ser dar no espaço restrito, mas eficiente, da família, esta canaliza um prestígio social até então inusitado. (LAJOLO, 1999, p. 17).

A autora discute a atuação do Estado na manutenção de um estereótipo familiar. Além disso, destaca a divisão do trabalho entre seus membros e a promoção da criança como beneficiário maior desse esforço conjunto.

A criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária. (LAJOLO, 1999, p. 17).

A escola é outra instituição convocada a colaborar para a solidificação política e ideológica da burguesia. Tendo sido facultativa até o século XVIII, a escolarização converte-se aos poucos em atividade compulsória das crianças. A

justificativa é a seguinte: “[...] postulados a fragilidade e o despreparo dos pequenos, urgia equipá-los para o enfrentamento maduro do mundo. Como a família, a escola se qualifica como espaço de mediação entre a criança e a sociedade [...]” (LAJOLO, 1999, p. 17)

A autora aponta ainda outros papéis incorporados pela escola que reforçam sua importância, como o fato de a instituição enxugar do mercado de trabalho um contingente de operários mirins. Merece destaque o entendimento de que a literatura infantil traz marcas desse período.

Embora as primeiras obras tenham surgido na aristocrática sociedade francesa, sua difusão ocorreu na Inglaterra. Numa sociedade que cresce por meio da industrialização, a literatura assume, desde o começo, a condição de mercadoria. Conforme argumenta Lajolo (1999), como a literatura infantil, uma mercadoria, depende da capacidade de leitura das crianças, supõe terem passado estas pelo crivo da escola.

Explicitamos, portanto, que os laços entre literatura e escola começam desde este ponto: habilitação da criança para o consumo de obras impressas (LAJOLO, 1999). Notamos injunções do mercado e interferência da escola. Assim, esboça-se aos poucos a relevância da literatura infantil e de seu estudo.

Além do exposto, é preciso lembrar que a partir do século XIX, com a valorização social da criança, essa narrativa passou a ser contada para as crianças com intuito formativo. De acordo com Costa, (2003), sua elaboração passou a considerar o interesse da criança. Charles Perraut foi o primeiro autor a escrever especialmente para crianças e transformou histórias da tradição oral como: A Bela adormecida, A Gata Borralheira, Chapeuzinho Vermelho, O Pequeno Polegar entre outros, em narrativas mágicas dos contos de fadas que ganharam espaço entre o público infantil.

Desde então, a literatura foi adquirindo relevância, o que se expressa no surgimento de muitos autores, tais como Hans Cristian Anderson, os irmãos Grimm e Monteiro Lobato, os quais se destacaram na literatura infantil e marcaram as características de sua produção.

A literatura Infantil, portanto tem a criança como principal representante, pois a representa sempre em busca de uma explicação que, mesmo quando mais lógica, é ainda mágica. Por isso, o gosto pelo mundo sobrenatural com fadas, ogros, bruxas serve como para dar asas á imaginação: “A criança serve-se do real,

justamente, para penetrar em sua fantasia” Essa literatura surge simultaneamente para instruir, divertir e educar, trazendo a criança ao mundo que ela se identifica e sente-se livre para formar suas capacidades intelectuais e sociais, visto que, elas ainda estão num processo de formação de experiências. (COSTA. 2003 p.49)

A partir dos anos 70, com o avanço das histórias infantis, surgem autores como: Ana Maria Machado, Eva Furnari, Ruth Rocha, entre outros, que reavivam os contos de fadas com estruturação narrativa lúdica que através das personagens questionam valores estabelecidos, trazendo possibilidades em toda sociedade.

Segundo Costa (2003), a Literatura Infantil no Brasil vai além da educação formal. Informar e educar é o principal objeto de interesse de autores e obras uma vez que, passam a primeiro plano o conhecimento do próprio indivíduo leitor, ou seja, levá-los a se apropriar do sistema de escrita.

Enfim, os aspectos históricos da literatura infantil evidenciam interesses diversificados que a envolveram em cada período. A discussão possibilita ter claro que o gênero não possui caráter neutro, mas sempre envolvido por intencionalidades. Na atualidade, é possível pensar a literatura infantil, entre outros fatores, em suas contribuições aos processos de alfabetização e letramento. Na sequência serão apresentados esclarecimentos acerca destes conceitos, bem como sua articulação com a literatura infantil.

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL

Muito se tem discutido sobre as incompreensões que envolvem o ensino da leitura e escrita no Brasil. Nos últimos anos os conceitos de alfabetização e letramento, bem como sua relação, caracterizam o debate.

O conceito de letramento para designar algo que ultrapassa alfabetização, chegou ao âmbito acadêmico na segunda metade da década de 1980. É necessário que se vá além de ler e escrever. Soares (1998, p. 18) afirma que letramento é “[...] o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever: o resultado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. Ou seja, ser letrado significa saber fazer socialmente o uso da leitura e escrita. A criança não precisa necessariamente saber ler e escrever para

ser letrada basta envolver-se com as práticas sociais da leitura e escrita, como por exemplo, brincar de escrever e ouvir histórias, ou seja, estar envolvido com o mundo da leitura e escrita.

Já a alfabetização, segundo Soares (1998) é vista como um processo que ocorre a partir da interação entre o adulto letrado e a criança, sendo ele, o processo de aquisição de habilidades necessárias para o ato de ler e escrever. Alfabetização ocorre a partir da aquisição de um conjunto de técnicas para se exercer o uso da leitura e da escrita, ou seja, trata-se de um processo em que se adquire o domínio do código linguístico. O processo de alfabetização é condizente com o fato de saber ler e escrever, bem como, compreender as práticas de leitura e escrita. Fazer o uso da leitura e da escrita é condição fundamental para o indivíduo, que de certa forma o transforma em um sujeito atuante.

Desta forma, alfabetização e letramento são processos distintos, porém ocorrem de maneira indissociável. A alfabetização ocorre por meio de atividades de letramento, a partir de práticas sociais de leitura e escrita. Segundo Soares (2008), estar alfabetizado não é um requisito para ser letrado, ou seja, para se participar de práticas sociais de escrita. Letramento está centralizado no social, já estar alfabetizado, trata-se de uma habilidade individual. Desta forma, Soares (2004) afirma:

Se alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e de escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever; uma criança letrada (tomando este adjetivo no campo semântico de letramento e de letrar, e não com o sentido que tem tradicionalmente na língua, este dicionarizado) é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias (Soares 2004).

Assim, é possível dizer que letrar a criança, significa conduzi-la as práticas sociais de leitura e escrita, significa inseri-la no contexto das letras, fazendo com que a criança crie o hábito e tome gosto pela leitura, já a alfabetização refere-se a decodificar e assimilar signos linguísticos, ou seja, aprender a ler e a escrever. Portanto, não basta que a criança seja somente alfabetizada ou letrada, é necessário que a criança aprenda a ler e escrever, bem como o faça com prazer e vontade, sendo fundamental que a criança perceba a leitura como algo fundamental e prazeroso.

A literatura infantil pode ser uma grande aliada durante o processo de alfabetização, auxiliando e facilitando a aprendizagem, bem como desenvolvendo a imaginação, a criatividade e o prazer pela leitura. Pensar na literatura infantil no processo de alfabetização e letramento significa inserir a criança em um universo de aprendizagem lúdico e prazeroso, em que a se tem um maior estímulo ao aprender a ler e escrever. A literatura infantil permite que a criança possa vivenciar situações, que cotidianamente não é possível. Segundo Maia (2007), é fundamental que a criança vivencie atos de leitura antes de decodificar a língua escrita, ou seja, não é necessário que a criança saiba ler para que possa se inserir no mundo da leitura, a literatura pode lhe proporcionar experiências significativas, portanto, é fundamental que a criança seja motivada a adentrar ao mundo do letramento desde cedo.

Sendo a escola o local de democratização do saber, cabe a ela incentivar e motivar a inserção da criança do mundo da literatura infantil, propiciando a interação entre o real e o imaginário, enriquecendo e despertando a fantasia e o lúdico.

AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Muitas são as questões que afetam a aprendizagem da leitura na educação brasileira. O fato é que muitos alunos passam por todos os níveis do sistema escolar e, no entanto muitas vezes não conseguem interpretar o significado de um texto, não por não saber ler, mas sim porque não aprenderam uma leitura significativa, ou seja, com a capacidade de construir sentidos diferenciados, para os textos que lê.

Kleimam (2000) critica uma concepção utilizada com frequência no trabalho com a leitura, a de que o texto é um depósito de informações, veiculadas pelas palavras cujo leitor busca o sentido das palavras, uma a uma para chegar cumulativamente á mensagem. Essa atitude contribui para produzir um leitor passivo e acomodado sendo incapaz de chegar ao real significado do texto, uma vez que, as partes são fragmentas. Existem ainda a leitura decodificada a qual, possui explicitamente a resposta de uma pergunta ou comentário, pois o leitor precisa apenas um passar de olho pelo texto para localizá-la. Costa ressalta que:

A linguagem não funciona dessa maneira isolada: ela é associativa, uma rede de sentidos. Erra, mais ainda, o professor ao deixar de

investigar com maior profundidade o pensamento expresso no texto. Em lugar desse questionamento, o professor transfere ao aluno a capacidade de opinar: sem que o estudante tenha sequer compreendido o texto, já está o professor a perguntar-lhe a opinião. O posicionamento crítico, a concordância ou discordância com o autor. (COSTA, 2003,p.4)

É importante que a criança seja levada a posicionar-se criticamente diante do texto, ou seja, aprenda analisar a intenção do autor e suas ideias, confrontando as mesmas com suas próprias, construindo dessa forma novos conhecimentos. Nesse sentido, Abaurre, citado por Costa, afirma:

Se o objetivo do trabalho com a leitura de textos é a constituição de leitores com uma gama variada de habilidades de leitura, de leitores capazes de ler para informar; para estudar e entender o ponto de vista de um autor; para compará-lo com o de outros autores; para buscar e construir novos conhecimentos; para fruir, apreciar e refletir sobre o conteúdo, a estrutura textual ou os recursos de linguagem utilizados; para relacionar o texto lido com outros; para criticar aspectos do texto ou da realidade que retrata, etc, o aluno deve ser exposto a textos reais (e não artificialmente construídos, para enfatizarem um problema de ordem (gramatical'ou 'temático') (ABAURRE,1998,p.5-26 apud COSTA,2003,p.5).

Destacamos, com base no exposto, que a leitura não pode ser exercida sobre textos construídos apenas com finalidade de servir como atividades de exercício de língua, ou seja, fragmentada sem coerência e sem sentido que nada dizem ao imaginário infantil, assim entende-se que a prática de leitura na alfabetização implica na seleção criteriosa e variada de textos a serem trabalhada em sala de aula ,tendo como eixo norteador a literatura infantil uma vez que essa concepção lúdica faz parte do universo infantil.

A literatura infantil incentiva a curiosidade da criança e, em consequência, a auxilia a entrar no reino das palavras e sua representação escrita. Conforme Maia (2011), “[...] a literatura possibilita à criança uma apropriação lúdica do real, a convivência com o mundo ficcional, a descoberta do prazer proporcionado pelo texto literário e a apreensão do potencial lingüístico que esse texto expressa” (MAIA, apud CHAVES, 2011,p.76).

O trabalho com a literatura tem a possibilidade de despertar no aluno o prazer de ler. A figura do professor leitor, para tanto, é indispensável. Cabe ao profissional possuir um acervo acessível à criança na sala de aula, selecionar livros

adequados a cada faixa etária, manifestar envolvimento com as histórias narradas, enfim, propor a interação da criança com a história narrada.

A presença da leitura literária na alfabetização motiva a leitura na vida pessoal e escolar da criança contribuindo para formação de leitores. Nesse sentido, afirma Chaves:

Quando a criança ouve a leitura, a contação de histórias, lê ou conta uma história, ativa uma série de capacidades, como a memória (recorda-se de outros momentos, de histórias ouvidas ou lidas, a atenção (se a história ou recurso utilizado para a contação da história a envolve completamente, ela para ouvir assume uma atitude de ouvinte atento), a fantasia (imagina-se parte da história contada, visando mundos e personagens, ativando suas emoções). Isto é o livro traz cristalizadas em si as capacidades humanas e, na atividade de contação ou leitura de histórias, a criança vivencia e ativa o uso dessas capacidades, tornando-as individuais, parte de sua humanidade. Dentre essas qualidades humanas formadas, apropriadas e desenvolvidas socialmente estão[...] diferentes formas de linguagem e de pensamento, imaginação, sentimentos, capacidade de planejamento, dentre outros. (CHAVES, 2011, p.56)

A literatura em sala de aula é um ato de comunicação e interação que permite descobrir, criar e interagir com a realidade e com o mundo, ou seja, leva a criança expor suas ideias e a prepara para um leitor crítico e construtivo. Assim a literatura permite à criança descobrir e criar, não apenas signos verbais e escritos mas uma gama variada de linguagens.

Nos diferentes níveis de ensino, do básico ao superior, é possível perceber um grande esforço dos educadores para promover a leitura como forma de reparar as faltas do sistema educacional. A literatura infantil, em especial, passou a ser vista como um instrumento de uma possível expansão do escasso domínio lingüístico do aluno, configurando-se não só como instrumento de formação conceitual, mas também de emancipação da sociedade, podendo-se constituir num instrumento de promoção da autonomia do pensamento, uma vez que possibilita a reformulação de conceitos e, conseqüentemente, a superação da dependência.

Por isso, deve-se destacar a importância da literatura para no desenvolvimento lingüístico e intelectual dos indivíduos (CADEMARTORI, 1997, p. 66) e também a necessidade de se trabalhar com os diversos gêneros literários para a promoção do desenvolvimento cognitivo das crianças durante os primeiros anos do ensino fundamental.

Cademartori (1997, p.8) comenta que diversos trabalhos de vertente psicanalítica, sociológica e pedagógica revelam que “a literatura para criança não é tão inócua [...], e que há algo de sério no reino encantado das histórias infantis”. Para a autora, “A obra literária recorta o real, sintetiza-o e interpreta-o através do ponto de vista do narrador e do poeta. Sendo assim, manifesta por meio do fictício e da fantasia, um saber sobre o mundo e oferece ao leitor um padrão para interpretá-lo” (CADEMARTORI, 1997, p. 23). A literatura infantil, portanto, promove, desde o início da alfabetização, a continuidade de experiências expressivas já adquiridas assegura aos sujeitos “uma relação ativa com a língua pelo conhecimento das potencialidades expressivas do código” (CADEMARTORI, 1997, p. 81).

A escola, portanto, deve considerar os fatores históricos, culturais e sociais presentes no processo de construção e interpretação dos textos literários, ampliando assim, as possibilidades de situações prazerosas e significativas que realmente contribuam para a formação de leitores voluntários e críticos. Portanto, nesse processo é fundamental evidenciar importância do leitor, de seu contexto, suas experiências e seus interesses.

Costa afirma que o texto literário se diferencia dos demais gêneros textuais por suas características de ficção e de trabalho artístico com a linguagem. Sob esse enfoque é que a escola deveria tratar a literatura infantil e sua importância nessa instituição, bem como seu reflexo sobre as funções que essa literatura cumpre no ambiente escolar (COSTA, 2007, p. 148).

De acordo com Sosa (1982, p. 105) “A literatura infantil apresenta-se à criança sob diferentes formas expressivas”, sendo, necessário, portanto, oferecer às crianças os mais diversos materiais de leitura. O professor deve transformar a sala de aula em um ambiente estimulante, com as mais variadas situações, em que possa manifestar livremente a compreensão e os questionamentos que faz à partir da leitura de textos literários, pois os mesmos alimentam a criatividade, a curiosidade e a fantasia do leitor, propondo-lhe diferentes perspectivas sobre a realidade e o mundo que o circunda.

Neste contexto é importante que o professor selecione livros no nível de interesse dos alunos e, ao mesmo tempo, incentive-os a escolher livremente sua leitura para que, aos poucos, possam fazer a seleção, tendo liberdade de fazer a sua própria leitura. Para Sosa (1982, p. 32)

[...] é aconselhável não proibir à criança nenhuma leitura que implique um esforço superior ao que ela realiza quase inconscientemente, na leitura corrente. [...] e nunca proibir leitura pelas quais a criança sinta interesse [...] pois com tal atitude cria-se um obstáculo a possibilidade de a criança cumprir mais rapidamente as etapas de seu desenvolvimento e, se desprezássemos o fator tempo, diríamos: a possibilidades de cumpri-las com maior profundidade.

Ao ler uma história, o professor também proporciona esta aproximação com a vantagem de o texto trabalhar com a linguagem e produção literária, permitindo que a criança conheça o fascinante mundo da literatura infantil. Através da leitura pelo professor, o aluno deve ser incentivado a se manifestar, a participar ativamente, fazendo perguntas, comentários e a interpretação oral da história.

Os gêneros literários constituem importantes instrumentos não só para a transmissão do conhecimento científico como para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, uma vez que a leitura é uma atividade complexa que exige processos psicológicos de diferentes níveis e sua aquisição (ou não) influencia o desenvolvimento cognitivo. São muitas as possibilidades de mediação do professor, em especial por que não só existem gêneros literários diversificados com os quais é possível e necessário trabalhar como cada gênero oferece uma infinidade de opções de intervenção pedagógica voltadas para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

A literatura infantil enquanto histórias, poemas ou jogos verbais (trabalhos, parlendas, quadrinhas e outros) que cativam e seduzem as crianças ao longo dos tempos (COSTA, 2007) tornam-se instrumentos imprescindíveis na rotina escolar. As particularidades das obras literárias, aliadas a uma organização adequada do ambiente constituem elementos essenciais em um processo de mediação voltado para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Assim, a literatura contribui para que os educandos possam expandir seus conhecimentos de mundo e modificar suas relações com o mesmo. Para tanto, é imprescindível que o professor esteja consciente do seu papel no processo de desenvolvimento cognitivo, compreendendo a importância da seleção, organização e planejamento de atividades que tenham como objetivo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Ainda no que se refere ao papel do professor, Costa (2007, p. 40) argumenta sobre a “[...] importância do trabalho de mediação do professor e dos procedimentos que devem ser realizados para obter uma boa formação de leitores, cada vez mais proficientes na leitura, em todos os níveis”.

A autora chama a atenção para a obra *A literatura infantil na escola*, de Regina Ziberman, trabalho que considera pioneiro no tratamento da literatura infantil e em suas relações com a escola. Para Ziberman

o trabalho com a literatura deve contar com um professor apto ‘à escolha de obras apropriadas ao leitor infantil; ao emprego de recursos metodológicos eficazes, que estimulem a leitura, suscitando a compreensão das obras e a verbalização, pelos alunos, do sentido apreendido’ (idem, p. 41 apud ZIBERMAN, 2003).

Costa (2007) enfatiza que, para que o professor possa realizar essas tarefas, cumpre que o sistema superior de ensino possa habilitá-lo, levando-o a adquirir um conjunto de ensinamentos, como: *a) o conhecimento de um acervo literário representativo; b) o domínio de critérios de julgamento estético, que permitam a seleção de obras de valor; c) o conhecimento do conjunto literário destinado às crianças, considerando-se sua trajetória histórica (origem, evolução) assim como os autores atuais, nacionais e estrangeiros mais representativos; d) a manipulação de técnicas e métodos de ensino que socorram e auxiliam o mestre no processo de incremento e estímulo à leitura.*

Enfim, em decorrência desses conhecimentos o trabalho com a literatura infantil pode produzir resultados cada vez mais eficazes e amadurecidos. Conforme tentamos evidenciar, nesse processo professor e aluno devem integrar com igual determinação e vontade na aprendizagem do intercâmbio produtivo com os textos literários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, ao discutirmos literatura infantil, procuramos evidenciar sua importância ao desenvolvimento do aluno, especificamente no que se refere aos processos de alfabetização e letramento.

A literatura infantil não possui caráter neutro, uma vez que seus aspectos históricos evidenciam interesses diversificados que a envolveram em cada período

de sua história. Atualmente, pode se pensar na literatura infantil na perspectiva de suas contribuições para os processos de alfabetização e letramento.

Alfabetização e letramento são processos distintos porém são indissociáveis, Soares (2004) afirma que o processo de alfabetização tem uma natureza complexa, envolvendo conteúdos de diversas áreas, visando, de fato, à aprendizagem dos alunos. Já letramento vai além da alfabetização, deve ser entendido como inserção social do indivíduo num mundo da escrita.

O livro de literatura infantil pode ser um grande aliado do professor durante o processo de alfabetização e letramento, sendo ele um grande incentivador e motivador da aprendizagem, sendo capaz de torna-la mais rica e prazerosa, propiciando a criança momentos em que se é possível explorar sua criatividade e imaginação.

É necessário que desde cedo a criança seja inserida no mundo do letramento, assim cabe a escola, e principalmente ao professor, proporcionar momentos em que o livro de literatura infantil possa ser utilizado de maneira significativa, assim é fundamental que o professor seja comprometido e tenha uma ação planejada e intencional.

O uso do livro de literatura infantil faz com que a criança tenha prazer em aprender, assim o mesmo deve ser contemplado em sala de aula, e em todo o contexto social da criança, cabendo à escola estimular o gosto pela leitura e escrita durante todo o período de escolarização da criança. Existem muitas possibilidades de se enriquecer a prática de narração de histórias, para tanto, é fundamental que o professor realize um trabalho planejado e intencional, fazendo com o que a criança adentre ao mundo do letramento de maneira significativa, e estimulando-a a ler e a escrever.

É importante salientar que o uso do livro de literatura infantil não pode ser desvinculado do processo pedagógico não devendo ser utilizado apenas como passatempo, cabendo ao professor fazer o uso adequado do mesmo.

Cabe à escola aproximar a criança do mundo da literatura infantil, portanto é fundamental que haja uma intenção na prática pedagógica. Os momentos de contação de histórias se constituem em práticas prazerosas e significativas, sendo que um de seus principais objetivos é estabelecer a interação entre as crianças e a linguagem escrita, assim é função do professor ser mediador entre a criança e o livro.

Dessa forma, é necessário que os professores realizem um trabalho pedagógico com o livro de literatura infantil, proporcionando de forma competente momentos lúdicos de leitura e escrita, explorando-o da melhor maneira possível. O livro de literatura infantil deve ser explorado em seu todo, e cabe ao professor, fazer um trabalho que gere interesse de seus alunos, devendo ele ser íntimo do conteúdo presente no mesmo, bem como ter práticas que se adequem ao contar a história, bem como, saber direcionar e fazer fluir conversas sobre o livro.

Assim, é fundamental que o professor planeje e organize previamente, cabendo a ele conhecer a profundamente a história antes de conta-la, conhecer o autor do livro que será lido e organizar os recursos e estratégias que se adequem. É fundamental que após a leitura, o professor crie um clima para dialogar sobre a história, incentivando a criança a falar sobre o que foi lido. É necessário que o professor esteja preparado para contar a história, para que a mesma seja feita de maneira significativa, e não apenas como uma maneira de matar o tempo. Planejar a contação de histórias é fundamental, visto que, as experiências com a linguagem escrita que a narração de história pode proporcionar, permite que as crianças desenvolvam habilidades para a aquisição da leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

CADERMATORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. (coleção Primeiros Passos, 163.)

CHAVES, Marta. **Práticas pedagógicas e literatura infantil**- Maringá: Eduem, 2011.

COSTA, Marta Morais da. **Literatura Infantil**_ Curitiba IESDE, 2003.

COSTA, Marta Moraes da. **Metodologia do Ensino da Literatura Infantil**. São Paulo: IBEPEx, 2007.

GOUVEIA, Beatriz; ORENSZTEJN, Miriam. Alfabetizar em contextos de letramento. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (orgs.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. pp. 34-37. Disponível em: http://www.futuroeducacao.org.br/biblio/praticas_de_leitura_e_escrita.pdf> Acesso: 29/06/2013 às 16h: 10min.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2000.

LAJOLO, Maria. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SCHELBAUER, Anaete Regina; LUCAS, Maria Angelica Oliva Francisco; FAUSTINO, Rosangela Célia. **Práticas pedagógicas, alfabetização e letramento**. Maringá: Eduem, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. 26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo HORIZONTE: Autentica, 1998.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

ZILBERMAM, R. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. S.P: Global, 2003.

_____. **A reinvenção da alfabetização**. Presença pedagógica. Belo Horizonte: n. 52, p. 15-21, jul./ago., 2003.